



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL-UFFS

CAMPUS CHAPECÓ

CURSO DE GEOGRAFIA

GISELE DAGA

**USO HEGEMÔNICO E SUBVERSIVO DO TERRITÓRIO NO CENTRO-SUL E
SUDOESTE DO PARANÁ: ARAUPEL, COASUL e MST entre cooperação e
conflito**

CHAPECÓ

2014

GISELE DOS SANTOS DAGA

**USO HEGEMÔNICO E SUBVERSIVO DO TERRITÓRIO NO CENTRO-SUL E
SUDOESTE DO PARANÁ: ARAUPEL, COASUL e MST entre cooperação e
conflito**

Monografia apresentada junto ao curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Alberto Scherma

CHAPECÓ

2014

Aos meus pais, Alecir e Josefina
e aos meus irmãos, pelo
carinho e estímulo.

Ao meu noivo Alex, pelo apoio,
companhia e paciência.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Ricardo Alberto Scherma, pela paciência e incentivo durante as orientações.

À minha família, pela compreensão nos momentos em que estive ausente.

Aos moradores do Acampamento 1º de Maio, pela atenção, acolhida e respeito durante os trabalhos de campo.

Aos moradores do Assentamento Ireno Alves dos Santos pela atenção e compreensão do meu trabalho.

Deixo também um agradecimento muito especial a todos os professores da Universidade Federal da Fronteira Sul, que ao longo de quatro anos e meio contribuíram para a minha formação profissional e humana.

Agradeço também aos colegas de graduação pela troca de conhecimentos, em especial à Francieli Sarturi e Mayling Vassoler Bedin. Vocês foram grandes companheiras nesse período de sufocos e conquistas.

Existem apenas duas classes sociais, a dos
que não comem e a dos que não dormem
com medo da revolução dos que não comem
(Josué de Castro. Geopolítica da fome, 1961).

RESUMO

Este trabalho tem como principal questão as desigualdades socioespaciais reproduzidas a partir do uso e organização do território por diferentes atores territoriais nas regiões Centro-Sul e Sudoeste do Paraná. Nessas regiões, observa-se a presença de agroindústrias, como a Cooperativa Agroindustrial (COASUL), além do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que reivindica a real função da terra, buscando diminuir as desigualdades sociais. Neste sentido, considerável atenção será dada às relações de cooperação e conflitos entre as agroindústrias (COASUL) e os movimentos sociais (MST) na organização e uso do território nas regiões centro-sul e sudoeste do Paraná, além da análise as relações de conflito entre a empresa ARAUPEL S.A e o MST, entendendo que, uma vez que o espaço é apropriado, ele passa a envolver poder, traduzindo-se no território, que a partir do seu uso, já demonstra o interesse de algo ou alguém.

Palavras - chave: Uso do território. Ator territorial. Conflitos. MST. Coasul. Araupel.

ABSTRACT

This work has as main question the socio-spatial inequalities reproduced from the use and organization of the territory for territorial actors in the South Central and Southwest Paraná. In these regions, there is the presence of agro-industries, such as the Cooperativa Agroindustrial (COASUL), and the Movement of Landless Rural Workers (MST) which claims the actual function of the land, seeking to reduce social inequalities. In this regard, considerable attention will be given to the relations of cooperation and conflict between agribusiness (COASUL) and social movements (MST) in the organization and use of the territory in the south-central and southwestern regions of Paraná, in addition to analysis the relationship of conflict between the company ARAUPEL S.A and the MST, understanding that, since the space is appropriate, it happens to involve power, resulting in the territory, which from its use, already shows the interest of something or someone.

Words - key: Use of Territory. Territorial actor. Conflicts. MST. Coasul. Araupel.

LISTA DE SIGLAS

AIAS - Assentamento Ireno Alves dos Santos

COASUL – Coasul Cooperativa Agroindustrial

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1	11
A reforma agrária e a presença da monocultura	11
Capítulo 2	16
Uso hegemônico do território no centro-sul e sudoeste do Paraná: Uma análise da atuação da Coasul Cooperativa Agroindustrial na organização do Assentamento Ireno Alves dos Santos	16
2.1 Uso da hegemonia do território - Cooperativa Agroindustrial (Coasul). ..	18
2.2 Uso da hegemonia do território - Araupel S. A	22
Capítulo 3	25
Uso subversivo do território no centro-sul do Paraná: Assentamento Ireno Alves dos Santos e Acampamento Herdeiros da Terra 1º de Maio	25
3.1 Uso subversivo do território: Assentamento Ireno Alves dos Santos	25
3.2 Novas territorialidades: Acampamento Herdeiros da Terra 1º de Maio	31
Considerações Finais	42
Referências	43

Introdução

Ao falarmos da ocupação e organização do território brasileiro, lembramo-nos da sua formação socioespacial, que desenvolveu algumas disparidades ao longo dos anos, por conta da maneira que o território foi usado. É notório o fato de que algumas regiões do país possuem alguns agentes envolvidos nesse desenvolvimento, como por exemplo, as agroindústrias, que além de gerarem empregos, contribuem para a movimentação econômica da região a qual estão instaladas.

Contudo, se faz necessária uma análise do todo, isto é, considerar todos os fluxos e movimentos gerados por esses agentes, inclusive qual é a parcela da população que está sendo empregada e quais suas condições para decidirem fazer ou não, parte do processo de territorialização desse ator no espaço, pois o território é “o resultado de uma ação conduzida por um agente sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Sendo assim, a partir do momento em que um agente se apropria de um espaço, este espaço passa a ser representado como um território, que agora é vivido e usado (RAFFESTIN, 1993), envolvendo diversos fatores, sejam eles, políticos, econômicos ou culturais “que contribuem à geração de situações” (SILVEIRA, 2011, p. 05).

Neste sentido, os Assentamentos da Reforma Agrária, nas regiões centro-sul e sudoeste do Paraná, além de evidenciarem a atuação de agroindústrias em seu território, como é o caso da Coasul, enfocam outro agente territorial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que surgiu exatamente para reivindicar uma apropriação mais justa do espaço e, por consequência, um uso mais equilibrado do território. O objetivo deste trabalho é entender o papel das agroindústrias (COASUL) e dos movimentos sociais (MST) na organização e uso do território nas regiões centro-sul e sudoeste do Paraná, bem como entender suas relações de cooperação e conflitos, que se traduzem na hegemonia e subversão do território, além de analisar as relações de conflito entre a empresa ARAUPEL S.A e o MST.

Para tanto, o trabalho será dividido em duas partes, onde a primeira abordará a reforma agrária e a sua não efetivação por conta das heranças do período colonial, onde a monocultura prevalece, inviabilizando aqueles que mantêm outras maneiras de relacionar-se com a terra.

Enquanto a segunda parte traz uma discussão acerca do uso hegemônico e subversivo do território no centro-sul e sudoeste do Paraná, mostrando como a apropriação e organização desse território por alguns atores territoriais podem se traduzir na agricultura e mesmo na organização dos Assentamentos de Reforma Agrária da região. Neste sentido, os trabalhos de campo *in loco* foram fundamentais para a construção das reflexões apresentadas na pesquisa, sobretudo na segunda parte do trabalho. Os trabalhos de campo mencionados na pesquisa estão ligados ao projeto de extensão “Memória histórico-geográfica do Planalto e Oeste de Santa Catarina: imagens e oralidades”. O projeto de extensão tem por objetivo colaborar com a preservação da memória oral e visual das práticas espaciais dos diversos grupos étnicos que habitaram e habitam o Planalto e o Oeste Catarinense. O projeto visa, ao proporcionar uma reflexão histórico-geográfica sobre a diversidade das expressões culturais da população do Planalto e Oeste Catarinense, agregar, a partir de depoimentos e imagens, um acervo fotográfico e de memória oral da região, disponibilizando a outros pesquisadores, alunos, professores e a comunidade geral, o acesso a esses materiais.

Capítulo 1

A reforma agrária e a presença da monocultura

A distribuição desigual das terras no país permitiu o uso dos recursos naturais de maneira desenfreada para fins econômicos “seja na instalação de uma hidrelétrica, na exploração de algum mineral, na implantação de alguma monocultura, na construção de uma estrada ou no desvio de algum rio” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2008, p 23). Esses usos sem preocupação com a natureza são heranças de um período colonial que inviabiliza aqueles que mantêm outra relação com a terra, o que gera conflitos, sobretudo no campo. Buscando reverter tal situação surgiram alguns atores ao longo dos anos, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Os diferentes atores territoriais são capazes de transformar o espaço, em espaço usado (SILVEIRA, 2011) e foi a partir da década de 1980 que novos agentes se incorporaram na reivindicação pelo território, como o “Movimento dos Atingidos por Barragens, os povos indígenas, o Movimento Sem Terra e Sem Teto, bem como o movimento quilombola” (SILVA, 2010, p.33). Com o cunho territorial, agora sendo reivindicado também por diversos atores, é evidente que tornasse necessário uma atenção maior para tal interesse. Por esse motivo, a partir de 1980 as manifestações, sobretudo dos movimentos sociais, se intensificaram, a ponto de iniciarem as ocupações de terra, isto é, a luta pela terra.

A partir de então, a reforma agrária foi sempre um tema de pauta de reivindicação daqueles que buscam o acesso a terra. Para tanto, a Constituição Federal assegura alguns desses interesses, como os Art. 184 e 186, que dizem que se uma propriedade rural não estiver cumprindo sua função social, ela deverá ser desapropriada para fins sociais. Contudo, ainda hoje a reforma agrária é motivo de discussões, pelo fato de envolver além do território, atores com interesses próprios, como é o caso dos movimentos sociais e ainda, grandes proprietários ou mesmo agroindústrias.

A luta pela terra no Brasil¹ remonta à criação dos latifúndios, ainda no regime das sesmarias e capitanias hereditárias, onde certa parcela da população foi

¹ Ver mais sobre as questões que envolvem a luta pela terra no Brasil em: FERNANDES, B. M. . Brasil: 500 anos de luta pela terra. Cultura Vozes, VOZES, v. 93, n.2, p. xxi, 1999

tornando-se marginalizada por outra parcela que detinha poder. Mais tarde, em 1850, a edição da Lei de Terras reforçou o poder dos latifundiários, uma vez que alguns de seus dispositivos tornavam necessário o pagamento pelas terras, o que não era acessível aos pequenos agricultores. Mais de cem anos depois, a modernização da agricultura ² (1960) também alterou a estrutura agrária e conseqüentemente fundiária do Brasil, uma vez que os pequenos produtores endividaram-se com altos empréstimos para adquirir pacotes com agrotóxicos e pesticidas e foram obrigados a se desfazerem de suas propriedades e mudar-se para a cidade provocando aumento da população urbana, o que mais tarde agravaria problemas como a violência e a fome. Observamos assim, que no Brasil sempre houve problemas com a distribuição de terras³, o que desencadeou algumas resistências por parte da parcela menos favorecida, que ainda hoje luta pela terra buscando como consequência a efetivação da reforma agrária no país. A esse respeito, Fernandes (2005, p. 04) afirma que:

A questão agrária nasceu da “contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos. Ela é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato, por meio da *sujeição da renda da terra ao capital*.”

Neste sentido é possível afirmar que o uso da terra apenas como recurso é contrário ao uso feito pelos camponeses que trabalham em família e garantem o seu sustento da terra de maneira mais equilibrada, possuindo com os recursos naturais “um tipo de relação [...] que embora também seja recurso, preserva elementos relativos à cultura, às relações sociais pautadas na co-presença” (ANTONGIOVANNI, 2006, p. 162). Essa ideia permeia os discursos acerca da reforma agrária, onde a terra reivindicada geralmente está sendo usada para fins de monocultura ou mesmo para a criação de gado. Sendo assim, a reforma agrária em si não é problema. O problema é visto por aqueles que se sentem alvo da reforma agrária, como os proprietários de grandes extensões de terra.

² Ver mais sobre a modernização da agricultura em: ALBERGONI. L. PELAEZ.V. **Da Revolução Verde à Agrobiotecnologia**: Ruptura ou continuidade de paradigmas? Revista de Economia, Curitiba, V.33,N.1,p 31-53. 2007.

³ Ver mais sobre a distribuição de terras no Brasil, sua estrutura fundiária e dados da reforma agrária em: MATTEI. L. F. A Reforma Agrária Brasileira: Evolução do Número de Famílias Assentadas no Período Pós-redemocratização do País. Estud. Soc. e Agric. Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2012: 301-325.

Os proprietários dessas grandes glebas de terras são exatamente aqueles que fazem o território apresentar características cada vez mais distantes da realidade dos grupos sociais que buscam a terra para a sobrevivência. Conforme Oliveira Júnior (2008, p. 103), “o território deixa de ser abrigo para ser recurso, ou seja, deixa de ser vivenciado por aqueles que nele habitam, para ser cada vez mais controlado segundo uma ótica totalmente distante a sua realidade”. As áreas utilizadas para a monocultura são geralmente as áreas consideradas pelos movimentos sociais como prioritárias para a realização da reforma agrária, o que acaba desencadeando conflitos.

Conforme Moreira (2009, p. 10) o modelo de produção chamado de monocultura, ou seja, a produção da mesma cultura em grande extensão também é “conhecido como *agronegócio*”, colocando-se “como um setor fundamental para o país, devido a sua produção voltada a exportação e aos negócios que gera com a indústria de implementos e insumos agrícolas”. Entretanto, esse modelo desloca o proprietário rural e altera a realidade do campo, um dos motivos que os movimentos sociais, principalmente o MST buscam reverter. Sendo assim, percebe-se que a introdução da monocultura, sobretudo ligada ao agronegócio acaba interferindo na efetivação da reforma agrária no país.

O desafio dos camponeses e trabalhadores do campo é buscar uma produção diferente, que não reproduza o sistema dominante da monocultura e que não degrade a níveis elevados o meio ambiente “dentro de um contexto em que cada vez mais se intensifica a presença do capital em todos os setores da sociedade, nas relações sociais e humanas, no campo e na cidade” (MOREIRA, 2009, p. 86).

Neste sentido, os assentamentos recém criados em áreas de antigas monoculturas encontram elevadas dificuldades na organização da sua produção, uma vez que a luta principal passa a ser a busca pela implantação de um modelo de produção que não se sustente na dominação da natureza, rompendo com a invisibilidade social e fazendo um uso comum da terra em consonância com o meio onde vivem (WAGNER, 2004 *apud* ANTONGIOVANNI, 2006). Esses assentamentos acabam por alterar a estrutura agrária do local onde se instalam, dinamizando “economicamente (financeira e comercial) e politicamente a região que circunda seu território” (MOREIRA, 2009, p. 102) devido à necessidade de criação de políticas

públicas para a ampliação de serviços sociais. Entretanto, é necessário dar atenção à criação de novos assentamentos para que não sirvam apenas como meios de remediar conflitos protagonizados no campo e sim para a implantação de projetos que defendam a reforma agrária.

O modo de produção a partir do uso equilibrado da natureza caracteriza a identidade particular dos camponeses, revelando uma dualidade em relação ao uso do território, ou seja, território como abrigo e território como recurso (ANTONGIOVANNI, 2006), cada qual com um modo diferente de relacionar-se com a natureza. A produção da monocultura caracteriza o território como recurso e o uso equilibrado através de técnicas menos degradantes ao meio ambiente caracteriza o território como abrigo.

A reforma agrária discutida aqui e dificultada pela implantação de extensas monoculturas é aquela que permite o assentamento de camponeses sem terra, mas que também lhe confere o acesso a políticas e subsídios de permanência no campo após o assentamento. Além disso, os camponeses que sobrevivem da agricultura familiar, mesmo não fazendo parte de projetos de assentamentos também necessitam de programas de crédito que permita a produção sustentável.

Neste sentido, a reforma agrária diz respeito ao aumento da qualidade de vida de toda a população brasileira pobre. Logo, “[...] a reforma agrária se coloca como questão fundamental para o desenvolvimento da sociedade brasileira, do ponto de vista das grandes massas trabalhadoras do campo e da cidade”. (GORENDER, 2002 *apud* CAMACHO, 2009, p. 14).

Sendo assim, a reforma agrária reivindicada pelos movimentos sociais é, de certa forma a libertação do homem do campo e visa a desubalternização dos saberes, o que permite o enfrentamento ao agronegócio e aos usos hegemônicos desenvolvidos no território.

A hegemonia criada no território a partir da monocultura demonstra o poder do agronegócio e de algumas culturas, como é o caso da produção de eucaliptos, que além de gerar lucro, muitas vezes é retratado como reflorestamento. Ainda mais que esse tipo de plantação ganha incentivo de projetos que visam a “reconstrução da floresta nativa”. Neste sentido, Antongiovanni (2006, p. 82) afirma que o termo reflorestamento “contém duas ironias: se é preciso reflorestar é porque não há mais florestas estimulando e autorizando mais desmatamento e outra a de colocar a mo-

nocultura no mesmo plano de uma floresta que na sua complexidade ambiental inclui a vida humana”.

Capítulo 2

Uso hegemônico do território no centro-sul e sudoeste do Paraná: Uma análise da atuação da Coasul Cooperativa Agroindustrial na organização do Assentamento Ireno Alves dos Santos

Para Raffestin (1993) o sistema territorial apresenta diferentes elementos que estão ligados entre si por tessituras que envolvem conhecimentos e práticas políticas, econômicas, sociais e culturais. A esse respeito, Raffestin (1993), afirma que:

As “imagens” territoriais revelam as relações de produção e consequentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que (produzem) o território. (RAFFESTIN (1993, p. 152).

SANTOS (2008, p. 28), afirma que “os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada”, onde as formas espaciais enquanto linguagem dos modos de produção evidenciam, na verdade, a especificidade do lugar, uma vez que desenvolvem relações num espaço particular, enquanto os modos de produção se desenvolvem num espaço geral. Contudo, “esta sociedade e “sua” natureza, isto é, a porção da “natureza” da qual ela extrai sua produção, são indivisíveis e, conjuntamente, chamam-se “formação social”” (SANTOS, 2008, p. 29). Sendo assim, “a evolução da formação social está condicionada pela organização do espaço, isto é, pelos dados que dependem diretamente da formação social atual, mas também da Formação Econômica e Social ⁴ permanentes (SANTOS, 2008, p. 32).

A partir das palavras de Milton Santos (2008), pode-se afirmar que a Coasul Cooperativa Agroindustrial faz parte dos modos de produção, uma vez que possui uma forma concreta (agroindústria) e a partir dela, modificou as formas espaciais da região a qual se localiza, com a implantação de aviários, por exemplo. Além disso, ao contratar os agricultores do Assentamento Ireno Alves dos Santos – AIAS, também contribuiu para a modificação das formas espaciais, uma vez que os assentados acabam por arrendar as terras de suas propriedades para outros

⁴ Milton Santos (2008) trata da Formação Econômica e Social – FES, enquanto categoria que auxilia na formação de uma categoria válida sobre o espaço.

proprietários, que fazem um uso diferenciado do habitual ao assentado. Sendo assim, conforme Milton Santos (2008), a relação entre a Coasul e os assentados do Assentamento Ireno Alves dos Santos se traduz na forma social.

Ainda conforme Santos (1994), as transformações no espaço geográfico que evidenciam novas formas espaciais (SANTOS, 2008) seriam o resultado de um fenômeno maior, que é a globalização, onde o espaço geográfico reúne a materialidade e a ação humana, propiciando “a tensão crescente entre localidade e globalidade à proporção que avança o processo de globalização” (SANTOS, 1994, p. 24). Ainda mais que a globalização incentiva e muitas vezes “obriga” os espaços a se ordenarem a partir da mesma, ou seja, os espaços buscam fazer parte deste processo global e ordenam sua produtividade de acordo com tal arranjo global, o que pode acarretar na perda da identidade do local.

Conforme Milton Santos (2010) a globalização pode ser vista e analisada de diferentes maneiras. A primeira mostra o lado “cor-de-rosa” da globalização, ou seja, aquele que “erige como verdade certo número de fantasias” (SANTOS, 2010, p. 18) e que dissemina informações através das novas tecnologias ultrapassando fronteiras e estreitando as distâncias de maneira que homogeneíze todos os cantos da superfície terrestre. O problema é que na verdade essa globalização não é tão homogênea assim, e pode se tornar perversa pelo fato de atingir os lugares de maneira díspar. A globalização como perversidade já é o segundo lado da globalização, que segundo Milton Santos (2010), seria a parte negativa, onde se alastram o desemprego e a pobreza por todas as partes do planeta, porém com diferentes intensidades. Contudo não se pode deixar de acreditar que é possível pendermos para um terceiro lado da globalização, onde a mistura de povos e diferentes pensamentos podem permitir mudanças nesse processo de tecnificação que transformou o atual século em uma era globalizada (SANTOS, 2010).

As formas específicas do espaço rural também sofrem modificações com a globalização. Segundo Milton Santos (2008), num dado momento a agricultura possuía particularidades de acordo com o lugar, porém com o passar do tempo, os espaços da agricultura foram se comportando como um todo, resultado das transformações dos espaços “naturais” em espaços produtivos, sendo que cada subespaço se modifica de acordo com outros subespaços, que juntos formam o

espaço nacional e, por fim global (SANTOS, 2008).

Com a vinda da agroindústria para a região sudoeste do Paraná em novembro de 2010, os assentados passaram a não demonstrar preocupação em arrendar suas terras para terceiros, mesmo sem conhecê-los. Ainda mais que faltam ainda dois anos para o assentamento completar vinte anos desde que as famílias foram assentadas e, por fim conseguirem a escritura da terra. Percebe-se aí, que as particularidades do local estão sendo ofuscadas. Os assentados estão deixando a sua territorialidade, para fazerem parte da territorialidade da Coasul, ou mesmo estão sobrepondo uma à outra. Fernandes (1996), afirma que a territorialidade é uma conquista de frações do território. Sendo assim, a fração do território conquistada pelos assentados, enquanto, parte do MST, não está sendo valorizada como a conquista de uma luta, pois “ao exercer a territorialidade, os grupos ou indivíduos do território exercem relações de poder através das quais gerem o espaço de existência e/ou produção” (COCA, 2013, p. 200; RAFFESTIN, 1993).

2.1 Uso da hegemonia do território - Cooperativa Agroindustrial (Coasul).

Nos dias atuais em que a globalização “diminui” as distâncias entre o global e o local, pode-se afirmar também que essa mesma globalização acentua as disparidades entre os espaços. A esse respeito, Sene (2003, p.113) afirma que a globalização “está aprofundando as desigualdades [...] exatamente porque esse processo tem centros de comandos e interesses específicos a defender”. E parece que esses interesses não buscam contemplar a todos de maneira igualitária, o que se confirma com o lado perverso da globalização. Sendo assim, é possível afirmar que a era globalizada atual apresenta diferentes sujeitos e agentes, de maneira que cada um busque seu espaço. A esse respeito Haesbaert e Porto Gonçalves (2006, p. 131) afirmam que na verdade o século XXI acentua o pressuposto de que “a ordem (territorial) mundial é na verdade, sempre, uma des-ordem, ou seja, caminha dialeticamente num processo concomitante de destruição e reconstrução de territórios, ou seja, num processo de des-re-territorialização”. Neste sentido, a Cooperativa Agroindustrial (Coasul) também é reflexo da globalização, por se configurar como um agente territorial capaz de transformar o espaço em território usado, buscando resultados específicos e particulares como resultado da sua

atuação.

Chesnais em 1996 já afirmava que naquela década e ainda pelos próximos vinte anos (até 2016) o cenário global estaria centrado na ideia de “cada um por si”, isto é, “vê-se cada companhia, cidade, região, país e grupo social atrelar-se à defesa e à promoção de suas próprias vantagens comparativas e posição já adquirida (REICH, 1993 *apud* CHESNAIS, 1996, p. 110). Com isso, percebe-se que a ordem dessa nova era globalizada tende a encaminhar-se para um *apartheid* global (CHESNAIS, 1996) onde as ações estarão voltadas aos interesses particulares, acentuando ainda mais as desigualdades sociais reafirmando a hegemonia de certos agentes já considerados hegemônicos.

Os atores territoriais são capazes de transformar o espaço em território usado (SANTOS, 2000) e quando esse uso vai ao encontro de interesses particulares, esses agentes são definidos como hegemônicos. Conforme Milton Santos (2000), para os atores hegemônicos o território usado é como um recurso, ou seja, um meio seletivo de espaços que através da incorporação do território e com investimentos econômicos geram intencionalidades. Sendo assim, é possível definir a Coasul enquanto agente hegemônico nas regiões centro-sul e sudoeste do Paraná, onde concentram-se aviários no sistema de integração, além de sedes para o beneficiamento de sementes e secagem de rações.

A Cooperativa Agroindustrial Coasul, localizada no município de São João⁵ foi inaugurada em novembro de 2010, com cerca de 30.000 m² de área construída. Conforme dados de 2013⁶, a Coasul possui cerca de 1200 funcionários contratados de forma direta. No local são abatidas 135 mil aves por dia, fornecidas por até 200 aviários localizados nos municípios vizinhos, como Laranjeiras do Sul, Francisco Beltrão, Boa Esperança do Iguaçu, Chopinzinho, São João, São Jorge D'Oeste, Sulina, Dois Vizinhos, Cascavel, Quedas do Iguaçu, Renascença, Três Barras, Salto do Lontra, Rio Bonito do Iguaçu, Itapejara D'Oeste, Verê e Bom Sucesso do Sul. Isso demonstra que a Cooperativa Coasul possui uma rede de atuação.

⁵ Localizado na mesorregião sudoeste do Paraná, o município possui uma população total de 10.599, sendo que, 6.735 pessoas residem na área urbana e apenas 3.864 residem na área rural (IBGE, 2010).

⁶ Dados do Relatório de atividades da Coasul no ano de 2013.



Figura 01: Atuação da Cooperativa Agroindustrial Coasul por municípios.

Fonte: Relatório das atividades da Coasul 2013, p. 07.

Dos 1.200 funcionários diretos que trabalham no abatedouro em São João, cerca de 200 são assentados e filhos de assentados oriundos do Assentamento Ireno Alves dos Santos e do Acampamento 1º de Maio, localizados no município de Rio Bonito do Iguaçu⁷. Aquele é resultado de desapropriação de terra através de acampamentos e reivindicações organizadas pelo MST, o que chama a atenção pelo fato de que, via de regra, os indivíduos ligados a movimentos sociais buscam a terra exatamente para deixarem de trabalhar como empregados assalariados. Neste caso, o número expressivo de funcionários vindos do Assentamento Ireno Alves demonstra uma contradição no histórico de lutas pela desubalternização do trabalho, um dos princípios do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Conforme Pereira (2006, p.64), “a ideia e prática atual destes agentes

⁷ Localizado na região centro-sul do Paraná, o município possui uma população total de 13.661, sendo que 10.339 pessoas residem na área rural, abrangendo dois Assentamentos e apenas 3.322 pessoas residem na área urbana (IBGE, 2010).

hegemônicos da economia são, no contexto do atual capitalismo globalizado, encontrar o lugar (no conjunto de um território nacional) que mais satisfaça os seus interesses produtivos”. Sendo assim, é possível dizer que os investidores da Coasul ao escolherem o município de São João para sua instalação levaram em consideração algumas características da região, como o número de empregados disponíveis para contratação, além da proximidade do município com os aviários já implantados pela agroindústria, e ainda a possibilidade de integrar alguns avicultores que já possuíam aviários. O Relatório das atividades da Coasul 2013 menciona a reforma de 18 aviários, que agora fazem parte do sistema de integração da agroindústria. Todavia a implantação do abatedouro é resultado “das vantagens comparativas e concorrenciais, que envolvem tanto a natureza da atividade produtiva como a natureza do local onde a atividade é (ou será) implantada” (PEREIRA, 2006, p.64).

Ainda como consequência das transformações no território, Pereira (2013, p.83), afirma que as ações e usos do território por agentes hegemônicos:

[...] tendem a não considerar as necessidades próprias do lugar resultando numa situação antagônica onde, de um lado, ações e agentes impõem um uso corporativo do território, e, de outro lado, conflitiva e dialeticamente, agentes não hegemônicos praticam atividades simples, uma parcela da divisão do trabalho realizada em função do próprio lugar, voltada para os interesses do próprio lugar.

Percebe-se aí, que os assentados do Ireno Alves representam os agentes hegemonzados, isto é, não hegemônicos e até então, desenvolviam atividades corriqueiras de um agricultor, como cultivar a terra ou mesmo trabalhar com a produção de leite. Contudo, a partir da instalação da Coasul, a rotina de alguns assentados mudou, ou seja, deixaram de exercer a sua territorialidade para trabalhar de empregados para um ator hegemônico. De acordo com Antongiovanni (2006) a negação da territorialidade contribui para o aumento da hegemonia daqueles atores que já detém o poder.

Milton Santos (2000) nos alerta a considerar os distintos atores que, apesar da diferença de poderes levam a uma multiplicidade de ações. Sendo assim, apesar da Coasul se configurar um ator hegemônico na região, a análise da sua atuação não deve ignorar a presença de outros atores territoriais – mesmo que não hegemônicos –, como é o caso do MST. Ainda mais que da combinação de atores hegemônicos e hegemonzados resulta o arranjo singular dos lugares, ou seja, na

particularidade dos territórios (ANTONGIOVANNI, 2006).

Os atores hegemônicos também são capazes de tornar o território corporativo, ou seja, “quando o território é produzido e organizado para o uso seletivo dos atores hegemônicos, em detrimento da maioria da população, pode-se dizer que o uso do território torna-se corporativo” (NASCIMENTO JÚNIOR, 2011, p.55) e reafirma o território como recurso.

2.2 Uso da hegemonia do território - Araupel S. A

A empresa Araupel S. A constitui um dos maiores latifúndios de áreas contínuas do sul do Brasil, com mais de 85.000 ha, (FABRINI e ROOS, 2012). Essas áreas são reivindicadas há anos para fins de reforma agrária, sobretudo por camponeses⁸ membros do MST. A área onde hoje situa - se o Assentamento Ireno Alves dos Santos é resultado da desapropriação de terras que faziam parte dos domínios da Araupel.

A formação da empresa ocorreu em 1972 no Rio Grande do Sul, quando as empresas Madeireira Giacomet S. A. e Marodin Exportação S.A. fizeram uma associação com o grupo Maisonnave e iniciaram a empresa Agromet Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda., adquirindo 102.004 ha de terras no sudoeste do Paraná (ARAPEL, 2014). Logo depois a empresa passou a se chamar Giacomet-Marodin Indústria de Madeiras S.A. com o objetivo de adquirir mais terras no Centro-Sul do Paraná.

A Giacomet-Marodin aumentou suas áreas de domínios e no final de 1970 mudou sua sede para o município de Quedas do Iguaçu - PR. Foi nesta época que iniciaram os conflitos de camponeses sem terra com os guardas da empresa. Na época, os camponeses chegaram a montar acampamentos na área, mas logo em seguida acabaram sendo removidos do local. Conforme Teresa (67 anos) que participou da ocupação na época, ainda não havia articulação por parte dos camponeses. “Buscávamos um pedaço de terra, mas era cada um por si. As famílias eram numerosas e por isso a preocupação era na família e não no coletivo”. Para Fabrini e Roos (2012, p.42) “nesse momento, os camponeses não estavam

⁸ O camponês está sendo retratado como indivíduo sem terra e mesmo assalariado, parceiro, arrendatário morador, ou seja, em condições que o impossibilita de ser proprietário de terra.

articulados num movimento estruturado, organizado em âmbito regional ou estadual. Eram lutas localizadas que visavam conquistar a terra”. Sendo assim, a empresa obteve vantagem e manteve as terras sob suas propriedades.

Mais tarde, em 1996, os camponeses, agora organizados e articulados voltaram a reivindicar as terras do latifúndio Giacomet-Marodin, “desta vez, organizados no MST, 12.000 camponeses ocuparam parte da fazenda no município de Rio Bonito do Iguaçu” (FABRINI e ROOS, 2012, p.42). A ocupação resultou na formação dos Assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, sendo que mais tarde uma 3ª área de terras da empresa foi desapropriada formando o Assentamento Celso Furtado.

Por conta dos conflitos ocorridos em 1996 que resultaram na morte de camponeses, a empresa passou a se chamar Araupel S. A, sendo que hoje a Araupel abrange quatro municípios paranaenses: Quedas do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu e Nova Laranjeiras.



Figura 02: Municípios que constituem a área atuação da Araupel S. A.

Fonte: (Org.º) FABRINI e ROOS (2012).

A Araupel S. A, apesar de ter algumas áreas já desapropriadas de seus domínios, possui grandes extensões de terras, as quais utiliza para a plantação de eucaliptos e pinus. Sendo assim, ao disputarem a terra e por consequência conquistarem os assentamentos, os camponeses acabam por desterritorializar a hegemonia da empresa Araupel, dando início à construção do seu novo território, agora com suas identidades (FABRINI e ROOS, 2012).

A Araupel, enquanto ator territorial vem transformando o espaço da região paranaense mostrada no esquema acima de acordo com seus interesses

particulares, no caso as plantações de pinus e eucaliptos utilizadas principalmente para exportação, o que reafirma a empresa enquanto ator hegemônico que utiliza o território como recurso, ou seja, apenas para a produção (ANTONGIOVANNI, 2006; SANTOS, 2000). Sendo assim, o território usado representa a complexidade do espaço geográfico, uma vez que pode apresentar diferentes usos. No caso dos camponeses do MST, o território desapropriado da Araupel está sendo utilizado como abrigo, no sentido de reproduzir a vida, os costumes, vivências e identidades dos camponeses assentados, enquanto as áreas utilizadas pela empresa estão voltadas para a produção de madeira com cunho econômico.

A Araupel S.A também constituiu ao longo dos anos, alguns movimentos que “lutam” a seu favor, uma vez que o discurso midiático é de que as áreas ocupadas pelos camponeses sem terra são grandes reservas nativas protegidas pela empresa. Neste sentido, Gonçalves e Mendonça, (2012, p. 13) afirmam que “[...] a mídia, o Estado e outros agentes formadores de opinião contribuem para banalizar a reforma agrária, fazendo propaganda e satanizando os movimentos sociais”, o que contribui para a continuidade da hegemonia da empresa Araupel e dificulta as desapropriações para fins de reforma agrária e consequente diminuição das disparidades sociais na região. Sendo assim, as lutas dos camponeses sem terra pela reforma agrária são de fundamental importância para o enfrentamento às hegemonias no território, mesmo que “muitas vezes as ações dos sujeitos reprimidos, expulsos da terra ou que nunca tiveram acesso a ela, sejam classificadas como subversão à ordem” (GONÇALVES E MENDONÇA, 2012, p. 05).

Capítulo 3

Uso subversivo do território no centro-sul do Paraná: Assentamento Ireno Alves dos Santos e Acampamento Herdeiros da Terra 1° de Maio

Alguns atores territoriais são compostos por grupos que lutam contra a hegemonia de outros atores. Essa luta é conduzida no interior do território, geralmente por uma parte da população que busca a igualdade social, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Neste sentido, a luta contra hegemônica pode ser chamada de subversiva e geralmente é mal compreendida, tendo, “como consequência a criminalização de seus praticantes” (NASCIMENTO JÚNOR, 2011 p. 56). Este uso do território definido como subversivo é a solução encontrada por alguns grupos para vencer obstáculos impostos à sua existência, cultura e modo de vida. Neste sentido, o Assentamento Ireno Alves dos Santos e o Acampamento Herdeiros da Terra 1° de Maio serão entendidos como atores territoriais que usam da subversão do território para efetivar a reforma agrária no país.

3.1 Uso subversivo do território: Assentamento Ireno Alves dos Santos

O Assentamento Ireno Alves dos Santos - AIAS juntamente aos Assentamentos Celso Furtado e Marcos Freire formam a maior área com famílias assentadas no Brasil, com 2.624 famílias.

A ocupação para a desapropriação das terras no ano de 1996 se deu nas margens na BR 158 (Rio Bonito do Iguaçu - Laranjeiras do sul) e contou com cerca de 3.048 famílias, totalizando mais de 12 mil pessoas, sendo que um ano mais tarde foram assentadas 931 no Ireno Alves e 604 no Marcos Freire. Aquelas famílias que não receberam a terra por intermédio desta ocupação, foram remanejadas para um acampamento no município de Quedas do Iguaçu que no ano de 1999 resultou na criação do Assentamento Celso Furtado, assentando 1.089 famílias.



Figura 03: Ocupação às margens na BR 158, que resultou na criação dos Assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire.

Fonte: Sebastião Salgado (1996).

O histórico da conquista do Assentamento Ireno Alves é marcado por resistências e enfrentamentos, já que a área é resultado da desapropriação de terras da Empresa Araupel S. A, que na época era denominada de Giacomet-Marodin Indústria de Madeiras S.A. A empresa planta pinos e eucalipto para a produção de celulose em quatro municípios do estado do Paraná.

Por se tratar de assentados com tal histórico, o que chama a atenção é o fato destes mesmos assentados parecerem estar diminuindo o ritmo das atividades com as suas terras e até mesmo arrendando suas propriedades para terceiros ao buscarem trabalhar na Coasul. Parece contraditório o fato de pessoas que lutaram para ter o seu pedaço de terra, agora, deixarem essas terras de lado e trabalharem como funcionários de uma empresa que, como já dito exerce hegemonia no território, o qual está instalada. Buscando estender estas e outras indagações, dediquei esta parte da pesquisa para as entrevistas coletadas com assentados que trabalham na Coasul.

Os assentados do Ireno Alves tiveram a área desapropriada através do MST, movimento com raízes no estado do Paraná e que desde 1984 participa ativamente das lutas pela desapropriação de terras no Brasil, sendo o movimento social com maior índice de participação nas ocupações de terras no Brasil.

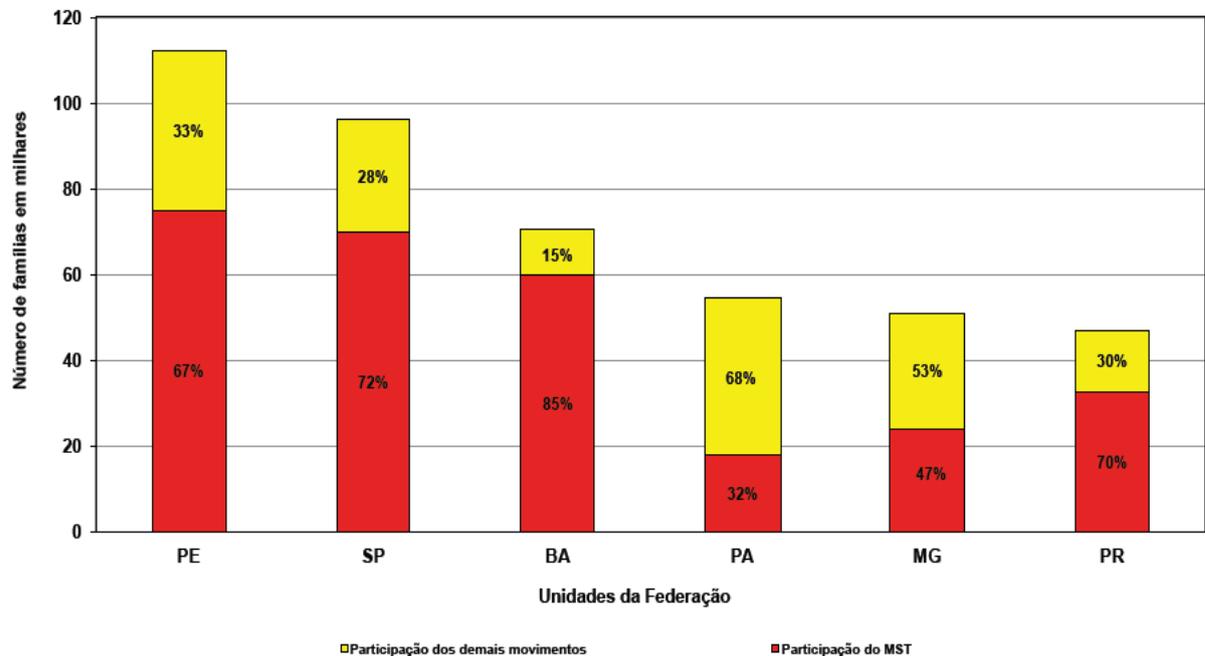


Gráfico 01: Participação do MST nas ocupações de famílias sem terra (2000-2012).

Fonte: DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra, 2013.

O MST surgiu no contexto de resistências camponesas frente ao agronegócio, mais precisamente em 22 de janeiro de 1984, no município de Cascavel (PR). Essa organização foi planejada desde 1979, quando das primeiras ocupações de terra no sul do país, com conflitos entre camponeses, arrendatários e posseiros na região.

Com o MST já consolidado, foi possível o apoio de membros de alguns grupos de movimentos do campo já extintos pela ditadura militar, como as Ligas Camponesas, o que permitiu desde o início, uma organização do movimento, que desde sempre soube da força que detinham frente ao agronegócio (FERNANDES, 2010). A partir daí, o MST se expandiu para outros estados do país, iniciando as ocupações de terra a partir de acampamentos.

As ocupações de terra são estratégias de resistências utilizadas por aqueles que desejam e reivindicam a efetivação da reforma agrária. Organizados em movimentos, como o MST, os camponeses buscam solucionar os problemas fundiários atuais através da criação de assentamentos resultando na territorialização dos mesmos. Esse movimento é definido por Nascimento Jr. (2011 p. 56) como o uso

subversivo do território, “trata-se de [...] uma subversão das regras formalmente constituídas”.

Este uso do território definido como subversivo é a maneira encontrada por certa parcela da população para vencer alguns obstáculos impostos á sua existência. No caso das famílias sem terras a ocupação de determinadas porções do espaço é uma forma de buscar soluções mais rápidas para os problemas agrários no Brasil. Contudo, exatamente por se tratar de estratégias que enfrentam uma lógica maior, que muitas vezes é a do agronegócio ou do capitalismo, essas ações são condenadas. No caso das ocupações de terra que resultaram na criação do Assentamento Ireno Alves, a “lógica” enfrentada foi a territorialização da empresa de celulose Araupel, sendo que com a criação do assentamento a empresa deixou de plantar pinus e eucaliptos e na sua visão teve uma grande perda de território, o que os leva a caracterizar os assentados como invasores ou mesmo criminosos.

Fernandes (2008, p. 36) alerta-nos para as questões históricas envolvendo as ocupações de terras, ou seja, não basta considerar as ocupações apenas como “atos subversivos forçados”, pois “a conflitualidade contém a historicidade e a espacialidade dos conflitos sociais. A questão agrária está presente em nosso cotidiano há séculos. Está em quase todas as páginas da história”. Contudo, muitas vezes se torna difícil a resistência frente às ações de grandes atores hegemônicos, o que se comprova 18 anos após a criação do Assentamento Ireno Alves dos Santos, onde alguns assentados estão fazendo parte da hegemonia da Coasul na região e talvez deixando a sua própria territorialidade.

Conforme Susana,⁹ que trabalha na Coasul há um ano e um mês como operadora de produção, alguns assentados não possuem muitas alternativas quando o assunto é trabalho. Quando perguntada sobre os motivos que a levaram a trabalhar na Coasul, a resposta é enfática. “Na verdade eu não decidi. Fui praticamente obrigada, porque a terra onde eu moro como assentada não está sendo suficiente para o sustento de todos da minha família (seis pessoas). Ainda mais que uma irmã minha também mora na propriedade com sua família (cinco pessoas)”. A realidade trazida pela assentada é a mesma encontrada em outras propriedades onde os filhos dos assentados já constituíram famílias e continuam morando na mesma propriedade dos pais. Susana ainda ressalta outra questão importante e atual do assentamen-

⁹ Os nomes dos assentados utilizados no trabalho são fictícios, o que preserva suas identidades e privacidades.

to, que é uma nova ocupação de terras nas proximidades do assentamento. “Agora que meu cunhado está esperando um pedaço de terra. A esperança é que ele consiga se mudar com a família. Assim, talvez eu consiga parar de trabalhar na Coasul e voltar a trabalhar na minha terra. E eles (parentes) não ficarão sem lugar para morar, como estavam antes que eu cedesse a moradia na minha propriedade”. A assentada também afirma que dois de seus quatro filhos também estão acampados no Acampamento chamado 1º de Maio, na espera de terra para conseguirem trabalhar.

As conversas com os assentados enfocam a falta de alternativas quando a propriedade se torna pequena para o sustento de toda a família. Entretanto, os filhos dos assentados estão, mais uma vez indo em busca da terra, só que agora não como crianças como há 18 anos atrás e sim como possíveis assentados e até mesmo como pais de família. Pedro, um dos filhos de assentados que está acampado e continua trabalhando na Coasul afirma porque ainda necessita deste trabalho. “Porque tenho uma esposa (19 anos) e uma filha de um ano e dez meses para sustentar. A terra onde morávamos antes de virmos para o Acampamento 1º de Maio é de propriedade do meu sogro, que já é assentado e tem mais três filhos além de minha esposa. Meu pai também já é assentado, porém tenho mais cinco irmãos. A propriedade (cerca de sete alqueires) se torna pequena para que todos trabalhem nela”. Sobre a maior dificuldade enfrentada para continuar no emprego, Pedro responde. “O horário é muito difícil de cumprir. Começo trabalhar às 05h30min da manhã e vou até às 15h15min, com intervalo para almoço. Contudo, preciso sair do barraco às 03h30min da madrugada para chegar a tempo no trabalho”.

As ocupações de terra funcionam como principal estratégia de resistência empregada por camponeses organizados em movimentos, como é o caso do MST. Para Fabrini e Roos (2012), essas ocupações se tornam as condições para uma possível territorialização.

A região onde está localizado o Assentamento Ireno Alves dos Santos, e agora também o Acampamento 1º de Maio, faz parte da Microrregião de Guarapuava e é marcada por intensos conflitos agrários, envolvendo camponeses, grileiros e mesmo proprietários com grandes concentrações de terras.

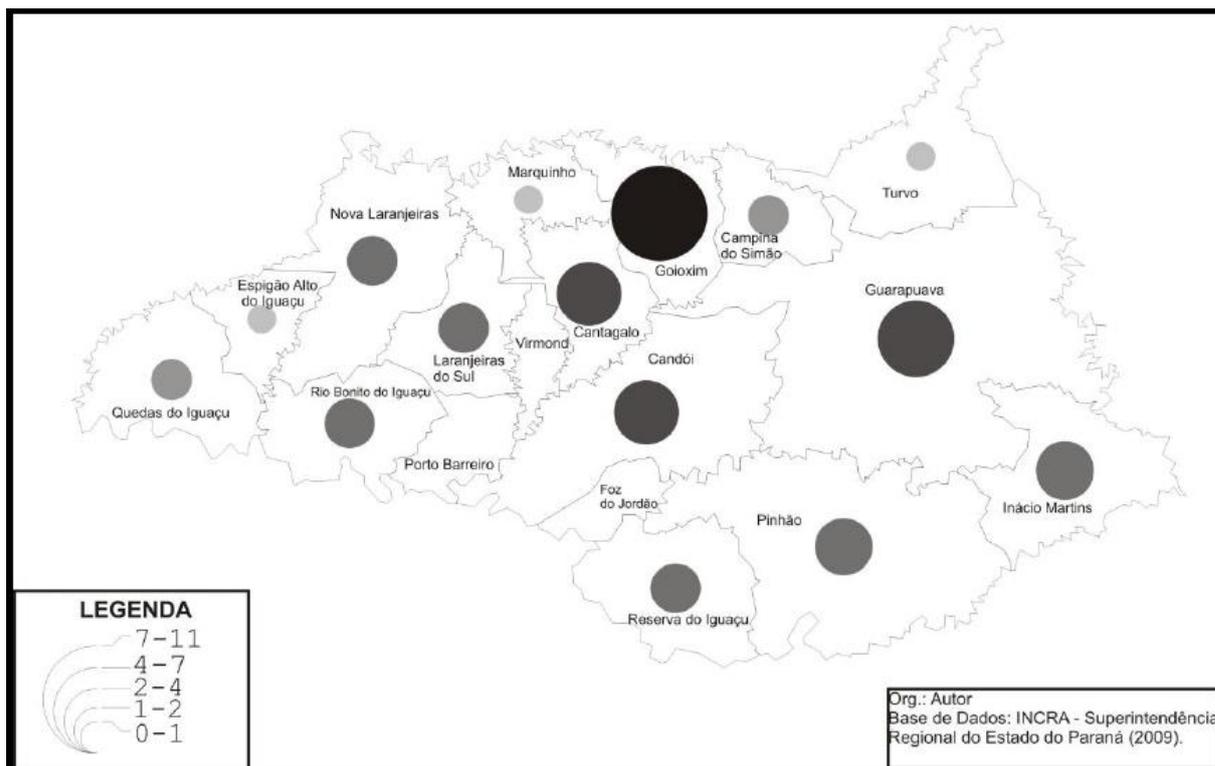


Figura 04: Assentamentos da Microrregião de Guarapuava (1979-2009).

Fonte: (Org.) FABRINI e ROOS (2012).

O estado do Paraná assentou 32.239 famílias até 2013, sendo que 5.000 estão assentadas na Microrregião de Guarapuava, INCRA (2013). A partir dos dados é possível perceber que a luta dos camponeses sem terra nesta região perdura há anos, o que põe em evidência a elevada concentração de grilagens ali existentes, além de enfocar as concentrações de terra por grandes atores hegemônicos, como é o caso da Araupel, que só teve três áreas de terra desapropriadas, porque possui grandes extensões sob seu domínio.

Neste sentido, o Assentamento Ireno Alves dos santos que aqui é considerado como resultado de um ator territorial (MST) se constituiu num contexto de resistências frente ao avanço da hegemonia no território paranaense por outros atores, como a Araupel S. A, além da Coasul. Sendo assim, o assentamento “constitui ao mesmo tempo numa contra-racionalidade e exacerba outras razões de uso do território, mais solidárias, criativas, humanitárias e que revelam o sentido profundo do território: ser o abrigo da nação” (NASCIMENTO JÚNIOR, 2011, p. 56-57), isto é, o território como abrigo permite “exercer no seu território os usos e as intervenções pertinentes ao seu modo de vida” (ANTONGIOVANNI, 2006, p. 162).

3.2 Novas territorialidades: Acampamento Herdeiros da Terra 1º de Maio

Os trabalhos de campo realizados durante esta pesquisa tiveram fundamental importância no sentido de conhecer a vivência daqueles que, de maneira direta ou indireta fazem parte deste trabalho. Além de entender a realidade vivenciada pelos envolvidos, foi possível coletar entrevistas e fotos que contribuíram para a realização da pesquisa.

Os sujeitos que mais contribuíram com entrevistas para os trabalhos de campo da pesquisa foram os acampados do Acampamento 1º de Maio¹⁰, que a partir de sua organização demonstraram estar comprometidos com os interesses coletivos das mais de três mil pessoas que residem no espaço. Os acampados estão imprimindo no espaço, uma nova territorialidade a partir do modo de ocupação e de suas vivências. Para Raffestin (1993, p. 158-159):

A territorialidade [...] reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais.

Ao exercer a sua territorialidade, os acampados do 1º de Maio demonstram suas relações de poder, que geram o seu espaço de existência e também de produção, podendo modificar a natureza e também as suas relações sociais.

Ao tratar da ocupação do Acampamento 1º de Maio como uma nova territorialidade criada pelos acampados daquele espaço, fica evidente que a forma de ocupação de tal espaço, demonstra ou mesmo determina a sua forma de distribuição e uso. Ainda mais que os sujeitos que estão criando essa nova territorialidade são reconhecidos aqui, como atores territoriais capazes de transformar o espaço, buscando se adaptar ao meio geográfico local, criando estratégias para garantir sua sobrevivência naquele espaço (SANTOS, 2000).

¹⁰ Localizado na área rural do município de Rio Bonito do Iguazu - PR. Na ocasião, tive a oportunidade de coletar várias informações, sendo em sua maioria, conversas informais. Ainda durante o trabalho foi possível registrar a rotina dos moradores do acampamento, coletando fotografias do local, desde que especificada a finalidade das fotos, tendo em vista que as mesmas poderiam ser utilizadas como possíveis formas de divulgar uma visão errada da realidade do acampamento.



Foto 01: Popular barraco em construção no Acampamento 1° de Maio.

Fonte: DAGA, 2014. Acervo do projeto Memória histórico-geográfica do Planalto e Oeste de Santa Catarina: imagens e oralidades.

A apropriação do espaço por alguns atores o transforma em território, onde esses atores imprimem ali o seu modo de vida e a sua forma de uso. Para Milton Santos (2000), a partir daí o território passa a ser um território usado e dependendo do seu uso, definirá os seus atores como hegemônicos ou hegemonzados. Os atores hegemonzados buscam o território como abrigo, defendendo os interesses comuns ao grupo. “Em *Território como abrigo* o eixo norteador das ações está pautado no viver com a natureza e resulta em territorialidades que buscam se construir nos princípios da “*autonomia dos povos*” e do “*respeito à diversidade*” (ANTONGIOVANNI 2006, p. 166), não favorecendo interesses que “se voltam para a acumulação corporativa e hegemônica do capital” (KAHIL e PEREIRA, 2010, p. 49).



Foto 02: Vista do Acampamento 1° de Maio, em sua primeira ocupação.

Fonte: DAGA, 2014. Acervo do projeto Memória histórico-geográfica do Planalto e Oeste de Santa Catarina: imagens e oralidades.

A área reivindicada para fins de reforma agrária, pelos acampados do 1° de Maio, possui cerca de 35 mil hectares e faz divisa com o Assentamento Ireno Alves dos Santos¹¹.

O Acampamento 1° de Maio recebeu esse nome por conta da data de sua ocupação, em 01/05/14. O local possui dois acessos, sendo um de entrada (foto 03) e outro de saída, ambos com guarita para supervisionar o movimento de pessoas e mercadorias no acampamento. Na guarita que fica no local de entrada ficam grupos com cerca de 10 acampados, que revistam as pessoas que entram no espaço, sejam elas do acampamento ou não, uma vez que não é permitida a entrada de qualquer tipo de armas ou bebidas alcoólicas. Já o grupo que fica na saída tem o

¹¹ Uma das três áreas de terra já desapropriadas da empresa Araupel. As outras duas áreas formam os Assentamentos de Celso Furtado e Marcos Freire. Sendo assim, se o Acampamento 1° de Maio tornar-se um assentamento, será a quarta área de terra que deve ser retirada das “propriedades” da Araupel para a efetivação da reforma agrária no Brasil.

objetivo de controlar a saída de informações e mesmo de membros do grupo. Ainda a respeito da supervisão do local, cada grupo trabalha por um turno de seis horas seguidas, independente de qual guarita até que outro grupo assuma os trabalhos.

O acampamento possui até o momento cerca de 2.400 cadastros, sendo que até a data do trabalho de campo, apenas 1.800 cadastros estavam representados pelos seus barracos com alguma pessoa morando. Os outros 600 cadastros são de pessoas que moram em municípios distantes e possuíam um emprego até o momento. Contudo, estão se organizando para deixar o emprego e o aluguel de lado para acampar em busca de suas próprias terras, já que 95% dos cadastros foram destinados às famílias descendentes de sem terras, em sua maioria jovem.

Quanto à organização do espaço, os barracos foram agrupados em pequenos grupos, com cerca de 50 pessoas, o que deixa alguns grupos com um número maior de moradias, uma vez que alguns moradores são solteiros, enquanto outros casados e às vezes com filhos. Para facilitar a identificação e organização, cada grupo escolheu um nome, (Nova Esperança, Filhos da Nova Prata, Zumbi dos Palmares...), geralmente mencionando o lugar de origem dos pais, ou seja, comunidades localizadas em outros assentamentos.



Foto 03: Guarita de supervisão de entrada no Acampamento 1º de Maio.

Fonte: DAGA, 2014. Acervo do projeto Memória histórico-geográfica do Planalto e

Oeste de Santa Catarina: imagens e oralidades.



Foto 04: Grupo “Os Filhos da Nova Prata”, pertencente ao Acampamento 1º de Maio.
Fonte: DAGA, 2014. Acervo do projeto Memória histórico-geográfica do Planalto e Oeste de Santa Catarina: imagens e oralidades.

Ainda acerca da organização, cada grupo possui um representante para diversos setores, como saúde, educação, juventude, infraestrutura, comunicação, alimentação, disciplina e higiene. Os representantes de cada setor tem reuniões diárias para defender os interesses do seu grupo dentro daquele setor. Ainda mais que alguns assuntos, como saúde, por exemplo, necessitam de agilidade nos encaminhamentos. Por esse motivo são marcadas 15 fichas semanais para consultas em um posto de saúde público, localizado na comunidade de Arapongas, comunidade esta que faz parte do Assentamento Ireno Alves dos Santos.

No dia do trabalho de campo, foi possível participar de uma reunião de socialização dos representantes de cada setor no grupo Nova Esperança. Em relação à educação, o representante precisaria fazer um levantamento de crianças e

adolescentes entre quatro e 18 anos, para ter uma noção de quantas salas de aula seriam necessárias na possível futura construção de uma escola quando do assentamento das famílias. Também foi pedida doações de livros e gibis para os jovens às famílias que possuíam algum exemplar, para que o grupo de voluntários da juventude pudesse contar histórias para as crianças de 4 a 8 anos.

Em relação à higiene e disciplina, os moradores foram alertados para a separação e coleta do lixo (foto 05). E ainda para prenderem os seus animais de estimação, para que não criassem conflitos com os seus vizinhos. Quanto à alimentação, foram distribuídas as doações, de acordo com as necessidades das famílias, sendo prioridade aquelas famílias com crianças. Ainda foram arrecadados R\$ 1,00 de um integrante de cada barraco para a compra de leite para as crianças que ainda tomam mamadeira.



Foto 05: Separação do lixo no Acampamento 1° de Maio

Fonte: DAGA, 2014. Acervo do projeto Memória histórico-geográfica do Planalto e Oeste de Santa Catarina: imagens e oralidades.

Já os representantes da infraestrutura, arrecadaram R\$ 5,00 de um membro de cada barraco para a compra de mangas para o encanamento de água (foto 06), além da compra de lonas para a construção dos barracos na segunda área de

ocupação, que seria no centro da área reivindicada. A ideia é deixar os barracos já existentes para trás e construir outros novos.



Foto 06: Caixas com água encanada para facilitar o abastecimento no Acampamento 1º de Maio.

Fonte: DAGA, 2014. Acervo do projeto Memória histórico-geográfica do Planalto e Oeste de Santa Catarina: imagens e oralidades.

A direção nacional do MST está representada no acampamento pelo Sr. Antonio Miranda. O representante coordena, acompanhado de uma equipe de acampados, as negociações com os representantes da Araupel e também do governo. Como, a maioria do acampados são jovens, ao todo são cerca de seis mil pessoas envolvidas nas organizações do acampamento, uma vez que os pais dos jovens, a maioria já assentados procuram usar suas experiências para que a ocupação aconteça de forma mais pacífica e organizada.

Durante o trabalho foi possível registrar algumas entrevistas com trabalhadores da Coasul Cooperativa Agroindustrial, uma vez que alguns acampados ainda continuam trabalhando na agroindústria do município de São João. Contudo, com a ocupação, muitos filhos de assentados que trabalhavam na Coasul deixaram seus empregos com a intenção de conseguirem suas próprias

terras e deixarem de ser empregados. No entanto, alguns pais desses acampados ainda continuam trabalhando na agroindústria.

Na manhã do dia 01/08/14 foi realizado o segundo trabalho de campo no Acampamento 1º de Maio. Na ocasião, os acampados já haviam se mudado para o centro da área reivindicada para desapropriação. Novamente, foi possível observar o dia a dia dos acampados e registrar o trabalho com fotografias. Desta vez a entrada e saída do espaço também recebia a atenção dos acampados, já que existem possibilidades de despejo¹², sobretudo por parte do governo. Apesar de já ter estado no acampamento antes, foi necessário, desta vez o acompanhamento dos responsáveis pela comunicação, para que os moradores não se sentissem ameaçados ou amedrontados. Esse novo local visitado foi ocupado na madrugada do dia 17/07/14. Debaixo de muita chuva e com dezenas de soldados do exército na companhia, os acampados seguiram seus planos de mudança de espaço. A intenção do exército era impedir um possível conflito entre os acampados e os seguranças da Araupel.

O novo espaço do acampamento também possui dois acessos (um de entrada e outro de saída), ambos com guarita para supervisionar o movimento de pessoas e mercadorias no acampamento. Desta vez, os responsáveis pelas guaritas, cerca de dez pessoas em turnos de seis horas, além de efetuarem revistas na entrada e saída, ainda anotavam o CPF e identidade. A intenção é chegar a 100% de certeza de quantas pessoas estão realmente dentro do espaço. Ainda mais que, agora é permitida somente a saída de cinco integrantes por grupo (cerca de 50 pessoas), com prioridade para aqueles que trabalham durante o dia. Sendo assim, o documento deve ser apresentado na saída e na entrada do local. A decisão foi um consenso de todos os acampados para garantir a segurança do local, depois de ameaças de despejo. A organização continua do mesmo modo que era desempenhada no espaço anterior, com representantes de cada grupo para diversos setores (saúde, educação, juventude, infraestrutura, comunicação, alimentação, disciplina e higiene). A única diferença é a organização do espaço físico, que agora não é mais tão homogêneo (foto 07) como antes, isto é, os grupos possuem espaços maiores entre si e mesmo entre os barracos de cada grupo. A explicação é por motivos de segurança, uma vez que segundo os acampados, quanto mais

¹² Reflexões desenvolvidas a partir das entrevistas e da vivência com os acampados do Acampamento 1º de Maio.

espaço os barracos ocuparem, mais difícil seria de despejá-los em uma possível ordem de despejo.



Foto 07: Vista da chegada ao novo espaço de ocupação do Acampamento 1º de Maio.

Fonte: DAGA, 2014. Acervo do projeto Memória histórico-geográfica do Planalto e Oeste de Santa Catarina: imagens e oralidades.

O acampamento, agora com quase todos os cadastrados residindo no local (cerca de 2.300 barracos), possui três quilômetros de extensão.

O novo espaço ocupado acabara de ter as plantações de pinos e eucaliptos retirados pela empresa Araupel para a fabricação de celulose e venda de madeira. A estrada mostrada na figura acima evidencia o constante uso da mesma para o transporte da madeira, já que as áreas onde as moradias estão instaladas não estão “socadas” como as estradas. Ainda mais, que no dia do trabalho de campo, faziam apenas 15 dias que os acampados estavam no local, como mostra a foto 07, onde alguns barracos ainda estavam sendo construídos.

O acampado Raul dos Santos ¹³ (24 anos), afirma que a madeira utilizada

¹³ Nome fictício, utilizado para preservar a identidade do entrevistado.

para a construção das moradias havia sido rejeitada pela Araupel e, portanto deixada de lado, o que facilitou o processo de construção. Foi possível perceber que o espaço ainda apresenta vegetação nativa (foto 08), encontrada nas proximidades das sangas e nascentes de água do local. Segundo Márcio, jamais foi cogitada a possibilidade de retirar a pouca madeira restante para a construção das moradias e por isso os refugos de eucalipto foram utilizados.

Ainda com a madeira deixada no local, estão sendo construídos barracões para a realização de reuniões acerca da organização do acampamento e repasse de informações sobre o andamento das negociações com a empresa e com o governo.



Foto 08: Vista da vegetação nativa ainda encontrada nas terras de “propriedade” da empresa Araupel.

Fonte: DAGA, 2014. Acervo do projeto Memória histórico-geográfica do Planalto e Oeste de Santa Catarina: imagens e oralidades

As taquaras que compõem os sub-bosques das araucárias da região estão sendo utilizadas para a construção de hortas (foto 09). Além disso, durante o trabalho de campo, os moradores do acampamento estavam articulando-se para dar

início ao plantio de sementes, como feijão, milho, mandioca, batata, amendoim e outros alimentos para a subsistência no acampamento. As sementes foram doadas pelos pais dos acampados, com o intuito de que a plantação ajude na alimentação do grupo até a possível desapropriação da área. Sendo assim, é notório o desejo de produzir alimentos na Terra, uma vez que como afirma João¹⁴ (17 anos) “o pinus e o eucalipto não são capazes de saciar a fome no Brasil”.



Foto 09: Hortas construídas com taquara no Acampamento 1° de Maio.

Fonte: DAGA, 2014. Acervo do projeto Memória histórico-geográfica do Planalto e Oeste de Santa Catarina: imagens e oralidades.

O Acampamento Herdeiros da Terra 1° de Maio se constitui como um território de resistência camponesa e de luta frente aos atores hegemônicos, como é o caso da Araúpel e das agroindústrias Coasul. Contudo, a luta desses camponeses que

¹⁴ Nome fictício, utilizado para preservar a identidade do entrevistado.

compõem o MST continuará a manifestar-se mesmo após uma possível desapropriação e criação do Assentamento Herdeiros da Terra 1º de Maio, “numa disputa constante entre a materialização das relações camponesas e das relações capitalistas” (FABRINI e ROOS, 2012, p. 43). Ainda mais que neste contexto, o território adquire condição de “trunfo” para os camponeses.

Considerações Finais

A reforma agrária no país sempre teve ligação com o agronegócio e com atores influenciáveis na produção. Foi nesse contexto que surgiram os movimentos sociais, buscando a criação de projetos de reforma agrária que rompessem com a hegemonia de certos atores territoriais.

Algumas dificuldades enfrentadas para a efetivação da reforma agrária na atualidade justificam-se, em partes pela apropriação desigual do território ao longo dos anos. A introdução da monocultura permitiu a criação de hegemonias no que diz respeito ao que produzir e como produzir. Esse processo resultou na perda da identidade do campo, acostumado até então com a produção familiar e em equilíbrio com a natureza. Além da hegemonia no quesito produção, como nas plantações de eucalipto e pinus, surgiram domínios na questão do comando dessa produção.

Neste sentido, a Araupel e a Coasul foram entendidas durante a pesquisa como atores territoriais hegemônicos nas regiões centro-sul e sudoeste do Paraná, exercendo grande influência e interferência no campo, sobretudo nos assentamentos e ocupações do MST. Entretanto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi considerado como um ator territorial subversivo, isto é, configura-se como um movimento que busca romper com a hegemonia desses atores que podem vir a modificar a identidade e mesmo territorialidade do povo camponês.

Uma das principais diferenças imprimidas no território pelos atores hegemônicos e subversivos é a relação com o meio ambiente. Enquanto os atores hegemônicos usam dos recursos naturais para fins de produção, os atores subversivos buscam produzir em consonância com a natureza. Um dos momentos principais de análise do uso subversivo do território foi através dos trabalhos de campo *in loco* no Acampamento Herdeiros da Terra 1º de Maio, onde foi possível a construção das reflexões apresentadas na pesquisa, sobretudo no terceiro capítulo.

A pesquisa permitiu observar que os diferentes usos do território resultam em diferentes territorialidades.

Referências

ANTONGIOVANNI, L. L. Território como abrigo e território como recurso: territorialidades em tensão em projetos insurgentes no norte do Espírito Santo. Tese de doutorado. Instituto de Geociências, UFF, Niterói, 2006.

ARAUPEL. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.araupel.com.br>>. Acesso em: 10 de novembro de 2014.

CAMACHO, R.S. O agronegócio latifundiário *versus* a agricultura camponesa: a luta política e pedagógica do campesinato. **XIX Encontro Nacional de Reforma Agrária**, São Paulo, 2009, 34 p.

COCA, E. L. F. A Territorialidade dos projetos de Assentamento Federal (PA) no território Cantuquiriguaçu, Estado do Paraná. **Geografia em questão**. São Paulo. V.06, N. 02, 2013, p.199-220.

DATALUTA. Presidente Prudente: NERA, 2013.

FABRINI, J. E; ROOS, J. Assentamento Celso Furtado: Da conquista da Terra às formas de resistência do território camponês. **Revista Pegada** – vol. 13 n.1, 2012, p. 37-54.

FERNANDES, B. M. Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. In: BUAINAIN, A. M (Coord.). Luta pela Terra, Reforma agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Campinas: Ed. UNICAMP, 2008.

FERNANDES, B. M. Formação e Territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel. (Org.) *Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 161-197.

FERNANDES, B. M. **MST: Formação e Territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, 57p.

GONÇALVES, R. J. A. F; MENDONÇA, M. R. No país do *latifúndio verás que um filho teu não foge à luta*: territórios em conflito, modernização da agricultura e luta

pela terra em Coromandel/MG: **XXI Encontro Nacional de Reforma Agrária**. Minas Gerais, 2012, 24 p.

HAESBART, R; PORTO-GONÇALVES, C. W. Entre Territórios, redes e aglomerados de exclusão: uma nova regionalização é possível. In: **A Nova Des-ordem Mundial**. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p.131-146.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relatório dos assentamentos rurais paranaenses**. Curitiba, 2013.

KAHIL, S. P. PEREIRA, M. F. V Território e agricultura no sudoeste da Amazônia: campo não moderno e produção para o consumo local. Mercator, Fortaleza, v. 9, n.19, 2010, p. 47-64.

MOREIRA, E. M. O Assentamento Ireno Alves dos Santos no contexto da reforma agrária no Brasil: qual reforma hoje?. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

NASCIMENTO JR. F. C. Do uso corporativo ao uso subversivo do território em países periféricos. Revista Mercator, Vol. 10, No 23 (2011).

PEREIRA, M. F. V. O território sob o "Efeito Modernizador": a face perversa do desenvolvimento. Interações, v.8, n.13, pp. 63-69. Campo Grande, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

Relatório de atividades da Coasul no ano de 2013. Disponível em <http://www.coasul.com.br/wp-content/uploads/2014/03/Relat%C3%B3rio-de-Atividades-2013.pdf>. Acesso em 15/10/14.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. São Paulo: Edusp. 2008. 176 p.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5ª Ed. 1ª Reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, M (et all). O papel ativo da geografia. Um manifesto. Publicação por ocasião do Encontro Nacional de Geógrafos, Florianópolis, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, M. **Técnica Espaço Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SENE, Eustáquio de. A dimensão política. In: **Globalização e Espaço Geográfico**.

São Paulo: Contexto. 2003, p.107-118.

SILVA, C. L. **A divisão política do território brasileiro: os compartimentos quilombolas no Vale do Ribeira (SP)**. Campinas: UNICAMP, 2010, 159 pgs.

SILVEIRA, M. L. Território Usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**. Bauru, volume XV, n. 1, 2011, p. 4-12.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA JÚNIOR, A. P. Territorialidades ambivalentes: a luta dos Tupinikin e dos Guarani frente à monocultura de eucalipto no ES. Niterói: 2008, 181p.